

Apresentação: Gênero e democracia com enfoque interdisciplinar

The Presentation: Gender and democracy with an interdisciplinary approach

Cristina Scheibe Wolff

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-7315-1112>
E-mail: cristiwolff@gmail.com

Elaine Schmitt

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0003-2197-320X>
E-mail: elaine.schmitt@gmail.com

O que educação, memória e movimentos sociais têm em comum? Ao contemplarmos os intrincados fios que os entrelaçam, percebemos um elemento comum que transcende as fronteiras das disciplinas acadêmicas em todos eles: a narrativa. A narrativa não é apenas uma linha condutora, mas sim um tecido vivo que une esses domínios, moldando identidades coletivas, direcionando processos educacionais e sustentando a dinâmica dos movimentos sociais. E a narrativa, como nos ensina Walter Benjamin (1991), transforma a vivência em experiência, possibilitando aprendizado e o debate social.

Na Educação, por exemplo, a narrativa assume a forma de currículos, histórias contadas em salas de aula, e o modo como o conhecimento é transmitido. As histórias que escolhemos contar e como as contamos influenciam diretamente a construção do pensamento crítico, da cidadania e da identidade de muitos estudantes. A narrativa, nesse sentido, se torna uma ferramenta poderosa na formação e na emancipação da sociedade. Já no âmbito da Memória, ela desempenha um papel fundamental na preservação e interpretação do passado. (Jelin, 2002) As histórias que escolhemos lembrar moldam nossa compreensão do presente e orientam nossas decisões futuras. A memória coletiva, por um lado, e que é frequentemente transmitida por meio de narrativas, torna-se um elo essencial entre gera-

ções, conectando o passado ao presente e dando significado à experiência humana. Quanto aos Movimentos Sociais, a narrativa emerge como uma força mobilizadora. Vemos ativistas tecendo histórias de resistência, reivindicação e transformação social por meio de narrativas que não apenas inspiram ação, mas que também podem criar solidariedade, conectando indivíduos por meio de experiências compartilhadas e aspirações comuns. Dessa forma, a narrativa impulsiona a mobilização e a construção de movimentos sociais significativos.

Contudo, a narrativa também carrega desafios. Pode ser seletiva, marginalizando vozes e perspectivas importantes. A instrumentalização da narrativa, especialmente em contextos políticos, destaca a importância de abordagens críticas na interpretação dos eventos passados e presentes. Como educadoras e educadores preocupados com memória e mudança social, a reflexão sobre como construímos e compartilhamos narrativas torna-se uma responsabilidade crucial.

Assim, ao nos debruçarmos sobre a temática da educação no estado brasileiro de Santa Catarina, da memória construída e cristalizada por meio do fotojornalismo durante a ditadura militar brasileira, da expressiva ação dos movimentos sociais em plena pandemia, e da construção de diálogos entre o Estado e a sociedade civil através de Conselhos de Direitos das Mulheres, vemos a narrativa como um fio invisível que costura esses temas, mas que também apresentam diversas outras maneiras e perspectivas de análise. Por meio desse diálogo, desejamos discutir e oportunizar uma valiosa reflexão sobre a necessidade de investirmos nosso tempo construindo e consumindo narrativas mais inclusivas, que impulsionam um futuro digno e solidário.

Neste dossiê, portanto, mergulhamos nas intrincadas relações e experiências vividas no Brasil, com um olhar crítico sobre a democracia e os estudos de gênero. Ele também serve como ponto de partida para um debate sobre a interdisciplinaridade nas ciências sociais. Como as diversas disciplinas podem colaborar para uma compreensão mais completa dos temas abordados? Como a interdisciplinaridade pode enriquecer não apenas a pesquisa, mas também as políticas públicas e práticas educacionais?

O primeiro artigo apresentado, com foco em Santa Catarina, pretende demonstrar como a ascensão e a influência de uma direita radicalizada, com características neoliberais e neoconservadoras, a nível global, impactou as discussões de gênero e diferença sexual nas escolas do interior de Santa Catarina a partir da emergência de uma ideologia antigênero. O trabalho apresenta ainda como ocorre esse ataque local, quais são as suas estratégias (dispositivos) e qual o impacto dessas ações na comunidade e indivíduos pertencentes a ela. Utilizando do enfoque da História Oral e adotando uma metodologia da pesquisa multissituada,

foram entrevistadas docentes das 6 regiões do estado catarinense. Esses ataques ocorreram (e ocorrem) de forma organizada através de censuras e perseguições nas redes sociotécnicas, de políticos, religiosos, imprensa e da própria comunidade escolar ao abordar a temática em questão. O artigo aponta ainda que a intenção do neoconservadorismo é o silenciamento dessas temáticas em sala de aula. No entanto, essa tentativa de censurar e proibir, tem tido efeito contrário e positivo na vontade de saber mais, por parte dos(as) estudantes e na própria resistência dos(as) docentes a esses ataques.

Explorando a influência da memória coletiva na formação de identidades nacionais e culturais, outro artigo focaliza o fotojornalismo feito por mulheres durante a ditadura militar. Este trabalho revela como as imagens capturadas por fotógrafas contribuíram para a preservação e ressignificação da memória, desafiando as narrativas dominantes e resgatando vozes silenciadas. Esta investigação tem como objetivo refletir sobre a cobertura fotojornalística de mulheres que, por determinada lógica, podem ser consideradas produtoras de enquadramentos “não oficiais” de uma realidade política e social, quer dizer, de enquadramentos que de alguma maneira rompem com aquilo que seria autorizado pelo Estado vigente, de acordo com o pensamento proposto por Judith Butler (2015). A perspectiva epistemológica dos Estudos de Gênero e o embasamento teórico da História das Mulheres colaboram para o desenvolvimento da reflexão que parte do período histórico da ditadura militar brasileira, iniciada em 1964, e que estabeleceu a censura e o cerceamento de direitos sobre a sociedade civil, mas também recaiu muito fortemente sobre profissionais da imprensa do país. Ao longo da discussão, são apresentados trechos de entrevistas, algumas realizadas e interpretadas a partir da metodologia da História Oral, o que permitiu observar que determinadas experiências fotográficas operam como uma espécie de resistência à imagem que se tentava construir acerca do país. O artigo demonstra que tais produções podem ser consideradas formas de tensionar e desafiar imagens que se tornaram ícones de determinados períodos políticos e que seguem em disputas constantes pelo posto da “verdadeira” história.

A crise global da pandemia de COVID-19 é desdobrada em um terceiro artigo, que examina os movimentos sociais que emergiram durante esse período desafiador a partir do Brasil. Analisando os protestos, ações solidárias e as dinâmicas de resistência, o autor oferece uma visão única sobre como as comunidades latino-americanas responderam à crise, apontando para possíveis transformações sociopolíticas. O #Elenão, organizou as maiores manifestações de cunho feminista que ocorreram na história do Brasil, deixando evidente uma certa “popularização” do feminismo em diferentes camadas da sociedade brasileira. Este movi-

mento, para muitos, era considerado como uma espécie de termômetro para o que seriam os anos vindouros dos movimentos sociais brasileiros. Mas, o que foi visto nos anos seguintes, foi uma diminuição massiva dos protestos de rua, gerando uma impressão de uma desmobilização, que foi acentuada ainda mais pela COVID-19. Muito além de uma impressão coletiva de desmobilização dos movimentos sociais e de uma falta de movimentos de resistência contra o governo de Jair Bolsonaro, o autor mostra que muitos movimentos continuaram com suas lutas, colocando em pauta as suas questões e trazendo para a discussão as consequências causadas pela pandemia no Brasil.

Finalmente, o quarto artigo deste dossiê temático apresenta uma outra narrativa que envolve o Estado e os movimentos sociais, no Brasil, a partir do estudo dos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, com perspectiva dos Estudos Feministas. Na democratização brasileira pós-ditadura, um dos primeiros órgãos que permitiram a participação das comunidades na construção de políticas públicas foram os Conselhos de Direitos. Na Constituição de 1988, foi garantido esse espaço de atuação e diálogo entre sociedade civil e Estado, e existem conselhos com várias temáticas que implicam nas políticas públicas, como os de saúde, saneamento, e os de direitos da mulher. Os Conselhos de Direitos são órgãos vinculados administrativamente ao Poder Executivo e atuam nas três esferas da federação: municipal, estadual e federal. O artigo se concentra nos Conselhos dos Direitos da Mulher existentes nos municípios do estado de Santa Catarina, e em outras partes do Brasil, e na construção deste canal democrático de debates, que envolve os movimentos feministas e de mulheres, pois o debate só pode acontecer com a existência de movimentos organizados que protagonizem as reivindicações de direitos.

Esperamos que esta jornada pelos artigos deste dossiê, permeada pela interdisciplinaridade, não apenas ofereça uma compreensão aprofundada sobre os desafios enfrentados em solo brasileiro e latinoamericano mas também inspire colaborações inovadoras e interconectadas, promovendo o avanço do conhecimento e contribuindo para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Benjamin, W. (1994). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1).
- Butler, J. (2015). *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Jelin, E. (2002). *Los trabajos de la memoria*. Colección Memorias de Represión. Madrid: Siglo XXI.